

Jussara Galhardo A. Guerra

Participação do GP e rep. Indígenas RN

De: "Ricardo Alvares" <ricardo.alvares@gmail.com>
Para: "CEDEFES Grupo" <cedefes@yahoogrupos.com.br>; "Grupo Nepe" <nepe@yahoogrupos.com.br>
Enviada em: sexta-feira, 10 de junho de 2005 11:25
Assunto: [nepe] Documento final da VI Assembléia da APOINME

----- Forwarded message -----

From: Marra Timon <marra.timon@anal.org.br>
Date: 10/06/2005 11:08
Subject: [anaind] Documento final da VI Assembléia da APOINME
To: marra.timon@anal.org.br

DOCUMENTO FINAL DA VI ASSEMBLÉIA GERAL DA APOINME

"Força e Resistência na Construção de uma Nova História"

Foi realizada, entre os dias 05 a 10 de junho de 2005, a VI Assembleia Geral da APOINME, com a participação de representantes de 43 povos dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, além de representantes das organizações indígenas e indigenistas, CIMI, ANAÍ, INESC, Instituto Luís Freire, Laced/Museu Nacional, Parlamentares, FUNASA, FUNAI, Secretarias Municipais, Universidades Federal da Paraíba, Campina Grande, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Estudantes da Espanha, Marrocos, parceiros e aliados dos Povos Indígenas.

Durante cinco dias de intensas discussões e reflexões, levantamentos sobre a problemática das nossas terras, movimento indígena, política indigenista e políticas públicas. Percebeu-se que hoje graves ameaças aos direitos dos povos indígenas, continuam acontecendo em nosso País. O não cumprimento dos compromissos assumidos pelo atual Governo com os Povos e Organizações Indígenas, e a sua aproximação às classes dominantes e poderosas do País, têm trazido às nossas comunidades uma série de desafios, dentre eles podemos destacar: o aumento assustador da violência contra os nossos povos, o crescente aumento da pistolagem, perseguição, criminalização, e assassinato de nossas lideranças, o aumento da mortalidade infantil, de doenças infecto-contagiosas e endêmicas, a continuidade das invasões dos nossos territórios, a morosidade nas demarcações de terras, degradação do meio ambiente, por madeireiros, garimpeiros, fazendeiros e até mesmo pelo governo federal, o desrespeito às nossas organizações, às nossas tradições. Enfim a falta de uma política indigenista clara e precisa tem trazido, aos nossos povos, todo este quadro de desrespeito e violência generalizada.

Comemorando 15 anos de caminhada, e escolhendo uma nova coordenação para conduzir os trabalhos da APOINME pelos próximos anos decidimos por unanimidade, solicitar às autoridades competentes, que ações sejam tomadas, urgentemente, visando garantir a integridade física e cultural, das comunidades indígenas, além do que, definimos por uma crescente mobilização e articulação de todo o movimento indígena, em especial no âmbito de atuação da APOINME, e somando forças com os parceiros e aliados desencadear uma série de atividades, reivindicações, e ações que visem barrar esta enorme catástrofe que vem se abatendo sobre as comunidades indígenas, entre estas ações e reivindicações podemos destacar:

- A imediata suspensão do projeto de transposição do Rio São Francisco e a transferência dos recursos destinados a transposição para a Revitalização do Rio.

12/6/2005

VI ASSEMBLÉIA APOINME

- Reconhecimento e respeito aos nossos parentes indígenas no Rio Grande do Norte.. Bem como a todos os povos indígenas resistentes do Nordeste e Minas Gerais.
- Mobilização, articulação, e discussão, visando estabelecer proposições para o estabelecimento de uma Nova Política Indigenista;
- Apuração e punição aos diversos crimes cometidos contra as populações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Conforme solicitação de providências apresentada nesta VI Assembléia;
- Composição do Conselho de Política Nacional Indigenista - um compromisso do Presidente Lula com os povos indígenas;
- Garantia dos nossos direitos constitucionais, como exemplo: o Artigo 232, da Constituição de 1988, que determina a imediata demarcação de nossas terras e a garantia por parte do Governo Federal para que possamos usufruir dignamente daquilo que nos pertence;
- Cumprimento por parte do Governo Lula, dos compromissos assumidos junto às populações indígenas, através da "Carta Compromisso com os Povos Indígenas do Brasil";
- Mobilização e ações que visem retirar da Câmara, e do Senado Federal, PLs e PECs que ora tramitam nestas casas, e que condicionam a homologação de nossas terras à aprovação do Congresso Nacional, quando são de competência exclusiva do Presidente da República, em especial a PL 188 do Senador Delcídio Amaral (PT-MS);
- Reestruturação da Funai, e Funasa visando estabelecer um novo relacionamento, pautado no respeito, transparência, e eficiência destes órgãos junto aos povos indígenas;

São 15 anos de caminhada e luta da APOINME, são 505 anos de luta e resistência dos povos indígenas do Brasil contra os invasores de nossas terras. É preciso continuar resistindo, continuar acreditando, que um outro mundo é possível, é necessário e urgente construir uma Nova História, baseada no respeito a diversidade étnica, na Justiça e na partilha.. A nossa Força e a nossa Resistência é que vai construir uma Nova História. Avante povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo.

Baía da Traição/Paraíba, 10 de junho de 2005

SOLICITAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS

A
 Presidência da República
 Ministério da Justiça
 Ministério do Meio Ambiente
 Funai
 Ministério Público Federal

A VI Assembléia Geral da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME, realizada entre os dias 05 e 10 de junho de 2005, na Baía da Traição - Paraíba, Terra Indígena Potiguara, a qual contou com a participação de cerca de 300 pessoas representando 43 povos indígenas dos estados da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, Entidades Sociais, Entidades Indigenistas, ONG's e Universidades da região: Preocupados com quadro de violência e agressões as terras indígenas apresentado e denunciado durante esta VI Assembléia vem solicitar que providências urgentes sejam tomadas por parte das autoridades competentes no sentido de:

- Apurar e tomar as medidas cabíveis no desaparecimento do Índio Tupinambá de Belmonte, Adenilton Oliveira Ramos, desaparecido desde janeiro deste, no extremo sul

12/6/2005

da Bahia;

- As ameaças que vem sofrendo as lideranças da Frente de Luta e Resistência Pataxó, no extremo sul da Bahia por parte da empresa de celulose Vera Cruz Celulose e por parte de alguns fazendeiros;

- A criação imediata do GT de identificação e delimitação do território 'Pataxó na região do Parque do Descobrimento e Torre do Monte Pascoal, no extremo sul da Bahia;

- A urgente revisão e regularização e ampliação da TI Xacriabá, no norte de Minas Gerais;

- Resolução sobre a situação da TI Potiguara de Monte Mor, que sofre com os ataques das Usinas, invasoras de suas terras;

- Definição imediata sobre a Ação de Nulidade de Títulos que se encontra há mais de 23 anos no Supremo Tribunal Federal sobre a Terra Indígena Caramuru- Catarina - Paraguassu, do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, no sul da Bahia;

- Apuração sobre as ameaças de despejo que os Tremembé de Queimada, no município de Acaraú, no estado do Ceará, vem sofrendo por parte do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS. Assim como os Tremembé do São José do Buriti, de Itapipoca, que vivem em constantemente ameaça de divisão da sua aldeia para abertura de uma estrada turística pelo litoral, ameaças feita pela empresa multinacional Transatlântico;

- Apuração sobre a denúncia de crime ambiental, ocorrida no município de Itarema nos manguezais do povo Tremembé no Ceará;

- A imediata regularização do território Tupiniquim Guarani no município de Aracruz, no estado do Espírito Santo, ameaçado pela empresa multinacional Aracruz Celulose;

- A imediata identificação e demarcação dos povos indígenas do sertão do estado de Alagoas (Kalancó, Kuiupancá, Caruzú, Catoquim) e do estado do Ceará. (Tabajara, Kalabas, Potiguara, Anacés);

- Providências quanto a regularização e transferência da área reivindicada pelo povo Kirin, no ceste da Bahia, no município de Barreiras.

- A imediata indicação do novo chefe donúcio de apoio local da Funai no Ceará que tenha o perfil de respeito, transparência e compromisso; visando eliminar práticas como a de cooptação de liderança e divisão do movimento indígena e má administração dos recursos, levando em conta as reivindicações dos povos indígenas deste estado

- Apuração as denúncias contra os órgãos governamentais Funai e Funasa feitas durante VI Assembléia da APOINME;

- Resolução quanto ao problema do reassentamento do grupo Xucuru desaldeado, no sentido de evitar que conflitos continuem acontecendo, como por exemplo o ocorrido no último dia 29 de maio, onde houve três vítimas; Solicitações anteriores já foram feitas a Funai, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e Justiça Federal e até o momento nenhuma providência foi tomada;

- Solicitamos ao Ministério Público Federal a impetração de uma Ação Cível Pública contra a transposição do Rio São Francisco, em nome da APOINME, já que o referido projeto prejudica a muitas comunidades indígenas que sobrevivem graças ao Rio São Francisco;

Todas as denúncias acima citadas devem ser apuradas e responsabilizadas, para que a impunidade não continue acontecendo. É urgente o estabelecimento de uma política indigenista oficial por parte do Governo Federal clara e precisa que venha a combater estas constantes e permanente ameaças contra os povos indígenas do Brasil.

Baía da Traição, 10 de junho de 2005

12/6/2005